

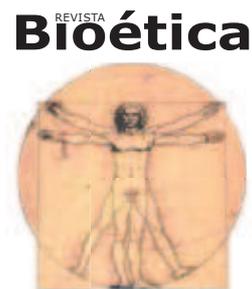
Editorial

Ainda que se considere a bioética plural, aberta a múltiplas conceituações e perspectivas, não deixa de ser preocupante constatar que em muitos casos ela é utilizada como ferramenta para legitimar o *status quo*, ou seja, para servir aos interesses coercitivos do mercado por intermédio da autoridade conferida à área biomédica. Esta constatação alarmante sobre o rumo que a reflexão neste campo vem tomando, principalmente no Hemisfério Norte, pode ser observada até mesmo nos grandes eventos internacionais de bioética, nos quais conferências e palestras adotam uma posição que pretendem pragmática, mas que resvala para a insensibilidade e o desrespeito ao ser humano.

Considerando o uso do placebo não só aceitável como de fato legítimo, mesmo quando existem drogas aprovadas para tratamento, ratificado pela alteração de 2008 da *Declaração de Helsinque*, estabeleceu-se na prática o *duplo standart* para pesquisas multicêntricas, que secciona ainda mais a humanidade, consolidando a falta de acesso aos direitos humanos elementares – à vida, saúde e educação – para a maioria das pessoas que, em quase todos os países, já vivem sob condições econômicas e sociais adversas. Tal posição, encoberta por conceitos filosóficos relevantes às sociedades ocidentais, como *liberdade e autonomia*, marca circunstâncias genuinamente hostis para pessoas e povos. Em tais situações, estes conceitos são utilizados, por exemplo, para legitimar a opção individual em participar de estudos com placebo daqueles que não têm outra escolha de tratamento.

O desrespeito à vida e às sociedades e grupos humanos, identificado nestes fóruns nas pesquisas empreendidas com populações vulneráveis, não se esgota no uso de pessoas como coisas para assegurar a fase III dos testes de medicamentos. Diversos outros exemplos, como a proposta de compra e venda de órgãos para transplante ou o aluguel do útero de mulheres vulneráveis em países pobres, demonstram que a bioética vem sendo usada para assegurar o *status quo* desigual nas dimensões econômica, política e social. Tal divisão configura-se no seccionamento da humanidade em humanos, consumidores e subhumanos, cujo “melhor” destino possível deve ser o de submeter-se aos interesses do mercado para subsistir de suas migalhas. Como efeito adverso, tal situação consolida também o desequilíbrio e a insustentabilidade ambiental, já que não se podem restringir as consequências prejudiciais por todo o planeta do consumo desenfreado, que se disseminam pelo ar, terra e água.

O eixo ideológico sob o qual se equilibram as reflexões travestidas de bioética que se observam nestes fóruns, e suas consequentes repercussões sobre políticas de saúde nas dimensões mundial e local, coloca pessoas e sociedades como objetos do capital – que entende a herança histórica de desigualdade de poder e acesso entre os seres humanos como rara oportunidade de manter uma ordem que lhe é favorável. Por meio de concepções simbólicas e políticas públicas calcadas na desigualdade entre os seres humanos a perspectiva do mercado divide para conquistar: instala os mais afortunados são engalanados na condição de consumidores e estimulados a exigir tecnologias médicas que atendam seus delírios e alucinações quanto à juventude eterna, wà imortalidade e



à abolição total do sofrimento por meios terapêuticos, cirúrgicos ou medicamentosos. A face obscura desse processo é mostrada àqueles que não podem sequer garantir a própria existência ou pagar por sua saúde, que se tornam servos deste sistema, conotados como meros objetos destinados a propiciar resultados que respondam aos interesses rentáveis das empresas, voltados aos primeiros.

Mesmo fazendo um esforço para evitar o proselitismo, não se pode deixar de classificar este uso da bioética como espúrio, tendo em vista os sentidos do termo que o definem como aquilo *que não está de acordo com a ética; desonesto, ilegítimo* 1. Sustentam tal classificação francamente pejorativa as recentes e sucessivas crises econômicas, que já demonstram ser perigoso (senão anacrônico) estimular o afã pelo lucro sempre crescente dos conglomerados e corporações, especialmente porque a Terra caracteriza-se como um sistema fechado, cuja capacidade de autorreprodução de “recursos” é temporalmente limitada.

A assunção do paradigma biomédico consorciado aos interesses do mercado revela uma situação inquietante que cabe à bioética social latino-americana confrontar. Ao encarar este desafio se consolidarão as possibilidades do uso das categorias oriundas dos instrumentos dos direitos humanos para a reflexão em saúde na dimensão social, numa perspectiva, libertária e emancipatória, que alça os seres humanos à condição de agentes de sua vida e história. Estar-se-á dissociando categorias e conceitos filosóficos da condição de elementos de coerção, que advém de sua conjugação ao paradigma biomédico, que interessa, principalmente, ao mercado. Tornar essa associação explícita e disseminar este conhecimento para toda a sociedade (especialmente para os profissionais de saúde) permitirá que não se tornem presas fáceis de estratégias apresentadas sob a égide da ética profissional, mas de fato voltadas a disseminar o fenômeno da medicalização proposto pelo mercado. Isto possibilitará que a conquista fundamental dos seres humanos no século XX – os direitos humanos – possa frutificar na construção de sociedades mais igualitárias.

Para estimular esta consciência e fomentar esta luta, a *Revista Bioética* estará lançando em breve, como parte das comemorações por seus 20 anos, o livro *Bioéticas poderes e injustiças – 10 anos depois*, que reproduzirá algumas das mais instigantes conferências proferidas no IX Congresso Brasileiro de Bioética, ocorrido em 2011, em Brasília, e ainda trabalho inédito do presidente da Sociedade Brasileira de Bioética (SBB). Baseando-se na noção de igualdade de valor entre os seres humanos e na equidade de acesso atribuídas à condição humana, os trabalhos selecionados destinam-se à reflexão de todos aqueles que querem colaborar na construção de uma existência justa para toda a humanidade como, acreditamos, sejam os leitores de nossa revista.

Os editores

Referência

1. Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa 3.0. ‘espúrio’.